

===== **ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DE AZEMEIS REALIZADA NO DIA 31 DE AGOSTO DE 2017:** *Aos trinta e um dias do mês de agosto do ano dois mil e dezassete, nesta cidade de Oliveira de Azeméis e sala de reuniões, no edifício da Câmara Municipal (antigo liceu) sito à Rua António Alegria, n.º 184, reuniu ordinariamente, o Executivo Municipal, sob a Presidência do Senhor **Dr. António Isidro Marques Figueiredo**, Presidente do mesmo, encontrando-se presentes os seguintes Vereadores: **Dra. Gracinda Rosa Moreira de Pinho Leal, Dr. Ricardo Jorge de Pinho Tavares, Dr. Pedro João Alves de Carneiro Marques, Dra. Maria Manuela Ferreira da Costa Pinho, Eng.º Joaquim Jorge Ferreira, Dra. Inês Dias Lamego, Dra. Ana Maria de Jesus Silva e Dr. Manuel Alberto Marques Dias Pereira.*** =====

===== *Secretariou a presente reunião, a Secretária do Executivo Gisela Celeste de Pinho Rodrigues.* =====

===== *Depois de todos terem ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, eram 09h e 40m.* =====

===== *Não esteve presente na reunião o Vereador Helder Martinho Valente Simões, por se encontrar de férias, tendo sido substituído pela sua Colega de Partido **Dra. Inês Dias Lamego.*** =====

===== **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** =====

===== *Dando início ao período de antes da ordem do dia o Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao Vereador Dr. Manuel Alberto Pereira que fez a seguinte intervenção: Senhor Presidente, algumas questões que ficaram por responder/ tratar. Mais uma vez falar nas Margens do Caima, esta matéria não é nova, pelo contrário. A verdade é que passou o verão e permanece tudo na mesma. Há lá coisas que provavelmente têm de ter uma intervenção mais profunda e que nós vimos que seriam importantes, mas há outras que são de rápida resolução, designadamente as guardas da ponte que estão desde 2014 completamente danificadas e com riscos para quem ali passa, uma vez que não há vedação. Não vale a pena se calhar estar a fazer isto agora a correr, mas pelo menos aquelas partes devem ser protegidas, talvez colocar lá uma barreira que impeça que alguma criança ou adulto que passe por lá tenha algum acidente. Também ainda sobre o Caima e aliás cruza-se também com a questão do Rio Ul, houve de facto picos de poluição, que infelizmente têm acontecido ao longo de vários anos, que nos trazem fracas recordações e que nos lembram de que nós temos um gravíssimo problema no nosso concelho e que no fundo nos penaliza fortemente. São linhas de água importantes, quer o Rio Caima, quer o Rio Ul e são linhas que não podem ser usufruídas com a qualidade de que*

gostaríamos e por quem nos visita. Senhor Presidente, uma vez que aconteceram entretanto estes picos de poluição, quer numa linha, quer noutra, saber se o Município acompanhou e de que forma acompanhou. No caso do Rio Caima, há dezenas de peixes mortos e não estamos a falar de peixes pequenos que normalmente são os mais sensíveis, estamos a falar de espécies resistentes, como é o barbo e quando aparecem barbos mortos, com dimensões de 50cm é preocupante, porque isso significa que o nível de poluição química é muito elevado. Senhor Presidente, em parte parece-me que é resultado do lançamento de águas mal tratadas da ETAR. Uma outra questão que ficou pendente, o Vereador Dr. Ricardo ficou de me enviar o relatório relativo às obras da Casa Museu, disse-me que naquele mesmo dia me enviaria o relatório mas até agora não chegou. Gostava de saber por que razão é que o relatório ainda não chegou. Seguidamente o Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao Vereador Dr. Pedro Marques que disse: Salientar que no mês de agosto não há muitas atividades, mas no âmbito do desporto tivemos duas boas novidades. A primeira, o nosso querido João Domingues voltou novamente a ser chamado à Seleção Nacional para disputar a Taça Davis. Muito brevemente vamos ter a 4ª Edição do Open Azeméis, um evento que hoje está claramente no panorama internacional do ténis. É um future que todos os atletas já têm como referência e que ao longo dos últimos anos tem tido uma enorme projeção internacional e que faz de nós, senão o 2º, o 3º melhor evento de ténis da atualidade em Portugal. O João é um habitué desse torneio, já o ganhou a nível de pares e este ano estou convencido que vamos ter a surpresa de ver o João na final, em singulares, e ganhar aquilo que ele mais procura que é ganhar em casa. Portanto, vai ser um torneio de grande qualidade com a inscrição de grandes atletas da modalidade a nível internacional. Este torneio já começa a ser muito procurado pela comunicação social, não só da especialidade mas também generalista, o que é bom. Fizemos tudo para voltar a realizar o Open em Oliveira de Azeméis, conseguimos e conseguimos marcar o torneio de uma forma muito positiva. Espero que o Open Azeméis continue nos próximos anos a ser a referência que é. A segunda, congratular-me como Vereador do Desporto por mais um êxito da Volta a Portugal em Bicicleta, em Oliveira de Azeméis. É o evento, além dos nossos eventos culturais como a Noite Branca e o Mercado à Moda Antiga, que mais projeta a nível nacional e internacional o nosso concelho. A Volta a Portugal, como eu costumo dizer, não é um evento desportivo, é muito mais do que um evento desportivo. Este ano, tivemos a feliz coincidência de ser num domingo, que trouxe a possibilidade de termos mais pessoas a assistir. Eu fiz todo o circuito, e estamos a falar de cerca de 20km dentro do concelho de Oliveira de Azeméis, e de facto o mar de gente que esperava o plutão foi extraordinário. Do feedback que tenho da organização, provavelmente terá sido a chegada com mais gente da Volta a Portugal, o que também já não é novidade. Este ano, do feedback que eu tenho, é que fomos novamente a etapa mais vista, quer a nível de comunicação social, quer a nível de público na chegada. Este é um evento para o qual aprovamos, há bastante tempo em reunião de Câmara, o seu orçamento. Eu espero, não estando eu aqui, que os oliveirenses e todos aqueles que têm responsabilidades sociais e políticas nesta cidade reflitam sobre a mais-valia que é este evento. Estamos a falar de muitas horas de

comunicação, de muitas horas de mediatismo e isso é importante. Podemos não considerar importante Oliveira de Azeméis estar nestes palcos, mas a verdade é que ao longo dos últimos anos conseguimos que Oliveira de Azeméis seja conhecida. Eu vou ser um bocadinho chocante, mas Oliveira de Azeméis é muita mais conhecida por estar na Volta a Portugal do que pela realização do Mercado à Moda Antiga ou da Noite Branca. Estou convencido que com alguma razoabilidade e bom senso podemos manter este evento nas nossas terras. Nós que somos uma terra do desporto, aliás voltamos a ganhar este ano o galardão “Município Amigo do Desporto”, possamos de alguma forma refletir, sermos objetivos e criteriosos, naturalmente com responsabilidade, naquilo que distingue Oliveira de Azeméis e que distingue a paixão que o nosso povo tem pelo ciclismo, a importância que tem na promoção do nosso concelho a nível desportivo, Se for a tempo, trarei aqui esse estudo relativamente à Volta a Portugal deste ano. Posteriormente o Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao Vereador Eng.º Joaquim Jorge que disse: Senhor Presidente, falar aqui de algumas questões muito breves e digamos até que fiquei um pouco acicatado com a intervenção profunda e quase visionária do Dr. Pedro Marques em relação àquilo que deve ser o futuro da gestão do próximo executivo, alicerçado neste trabalho extraordinário, que eventualmente a oposição não terá perceção para perceber essa preocupação que ele tem em relação ao futuro, em relação àquilo que será a gestão de um próximo executivo. Eu estou é profundamente preocupado em relação à gestão que temos tido até agora, na qual incluo naturalmente esse desvario completo que nós temos em termos de organização de um conjunto de coisas que estão muito além das nossas possibilidades e cujo único objetivo é a promoção de algo, que eu acho que há muito tempo já deveria ter desaparecido em Oliveira de Azeméis e que é uma desvirtuação completa daquilo que deve ser uma gestão pública rigorosa e eficiente. Eu, acicatado por esta intervenção do Dr. Pedro Marques e também por umas das suas intervenções neste documento “Vida”, onde basicamente não diz nada, diz apenas que Oliveira de Azeméis é muito dinâmica e posteriormente refere um conjunto de coisas extraordinárias que provam esse dinamismo, vou fazer exatamente o mesmo, não tendo, porém, a pretensão de achar que o que eu vou referir e que ficou por fazer é sequer comparável, em termos de dimensão e importância para o concelho e para a vida das pessoas, à obra que o Senhor Vereador acabou aqui de referir em relação a estes eventos. Senhor Vereador, eu gostava de falar em algo que me preocupa profundamente e preocupa-me muito mais do que o retorno de uma Volta a Portugal. É um mandato inteiro sem resolver o problema da Wuhan Industries, concerteza terá alguma resposta para me dar; Sem instalar uma única empresa na nossa Área de Acolhimento Empresarial de Ul/Loureiro, para além da inicial e agora a Cheeto; Sem resolvermos os terrenos do Azeméis GranPlaza, sem Centro Comercial e sem solução para o terreno; Sem resolvermos o problema do Café Arcádia; Sem resolvermos o problema do centro de saúde; Sem resolvermos o problema da Estalagem de São Miguel; Sem recuperarmos um único edifício da zona histórica, estamos agora a fazer meras operações de cosmética semelhante à que fizemos no edifício camarário, agora no edifício da antiga biblioteca e antigas finanças, fazendo uma lavagem por fora. Sem concretizarmos um único

plano de urbanização da zona industrial, com a agravante de termos um Vereador a dizer que a necessidade de zonas industriais é um mito; Sem implementarmos uma única unidade operativa de planeamento e gestão do PDM; mas, também, sem termos a auditoria ao Centro de Línguas de Oliveira de Azeméis. Senhor Presidente, acabamos por não o fazer, desrespeitando assim uma deliberação da Assembleia Municipal. Sem liderarmos o processo de requalificação da Linha do Vale do Vouga, onde eu acho que a autarquia deveria ter um papel muito mais empenhado e muito mais determinante; Sem requalificar os edifícios do bairro social, eu nem vou aqui referir a quantidade de vezes que foi anunciado que essa requalificação iria ser feita a breve prazo; Sem cumprirmos a carta educativa e cumprirmos os centros escolares que nela estão previstos; Sem resolvermos os 130 mil euros da estátua do Milénio; Sem resolvermos o problema do anfiteatro ao ar livre em Cucujães, o Senhor Vereador disse que a autarquia não tinha rigorosamente nada a ver com o problema, que era um problema da Junta de Freguesia e depois a autarquia já tem a ver com o assunto, dizem que vão reunir com o empreiteiro, com o projetista, com o arquiteto e ver se arranjam uma solução, mas até agora não houve uma solução para o problema como também não houve solução nenhuma, e acho que a autarquia se deveria ter empenhado, na resolução do problema do pavilhão da Noz. Sem valorizarmos a nossa zona histórica, basta vir para cá e passear um pouco na nossa zona histórica, para vermos o quão constrangedor é vermos a zona histórica a definhar, com o comércio a fechar aos poucos e poucos e com o edificado público da responsabilidade da autarquia completamente degradado. Sem requalificarmos o edifício da nossa Academia de Música; com as margens do Caima no estado degradado em que estão e que já foi aqui referido; Sem termos sequer ensaiado uma solução para os estaleiros municipais; Sem concluímos a Via do Nordeste, as Vias Estruturantes, a Via do Sudoeste, a Rua do Mosteiro; Sem requalificarmos a ENI, a não ser que chamem requalificação àqueles passeios em asfalto irregulares e àqueles pinturas que se fizeram agora; Sem termos a rotunda das Mangas, e agora os senhores vão dizer “Nós temos ajustes diretos”, feitos há dois ou três dias, à pressa, para fazermos as rotundas das Mangas e do Lidl; o alargamento do Zé da Curva. Sem termos uma intervenção planeada na rede viária concelhia, que leva a isto que nós temos aqui hoje, uma intervenção em altura de eleições, feita de qualquer maneira, com ajustes que nós sabemos muito bem no que dão depois, generalizados, onde nós mandamos fazer sem dizermos o que é que queremos que se faça e como se faça. Sem projeto e sem obra para o Mercado Municipal, para o Centro Coordenador de Transportes, para os Paços do Concelho, para a Casa Sequeira Monterroso, para o edifício das antigas finanças, para o Salão Nobre, para o Polo de Educação e Cultura, que nós até já nos tínhamos esquecido. Eu estive a ler a ata, é arrepiante ler uma ata daquelas, é arrepiante ver a argumentação que foi utilizada para dar 200 mil euros por um terreno que valia entre 40 a 60 mil euros; o que foi dito em relação à construção imediata de um edifício que ia ser uma referência no nosso concelho em termos de divulgação da cultura e da inovação e a única coisa que está ali a fazer é a criar silvas e naturalmente a prejudicar o erário público. O Caracas, que aguarda há décadas uma intervenção profunda, teve direito a um estudo prévio feito no contexto

em que vimos. Continuamos também sem nenhuma resposta para a casa da Quinta do Comandante. Podia continuar a falar de um conjunto vastíssimo de coisas, conforme referiu o Dr. Pedro Marques em relação ao conjunto de iniciativas que provam que Oliveira de Azeméis é dinâmica. Mas, também gostaria de falar do primeiro quinquénio do nosso Plano Estratégico de Reabilitação Urbana, que é um documento que deve ser caro a todo o executivo e dizer que nem uma obra foi feita. Um programa que nós consideramos que é estratégico e que mais uma vez nada daquilo que lá está previsto foi feito até ao momento e continuamos assim. O Centro Interpretativo do Vidro parou, nem sequer os investimentos previstos no Plano de Investimentos da Concessão da Rede de Água e Saneamento foram cumpridos, estando muito longe disso. Estamos perante um mandato que eu considero completamente desastroso para o concelho de Oliveira de Azeméis, quer sob o ponto de vista do balanço que é feito acerca da resolução dos problemas dentro do concelho, no seu início e naturalmente no fim, quer sob o ponto de vista dos factos que são conhecidos e que desprestigiam a classe política oliveirense, desprestigiam a instituição Câmara Municipal e a própria comunidade. Em termos de gestão pública, este concelho não funcionou. A sociedade civil fez o seu papel, os nossos empresários dentro do espaço industrial disponível, que é limitado, criaram empresas, criaram riqueza, criaram postos de trabalho e pagaram impostos ajudando por essa forma a autarquia. O nosso movimento associativo manteve a sua dinâmica, fez o seu trabalho participando nos eventos para os quais foi convidado. Os trabalhadores oliveirenses, com a qualidade do seu trabalho e empenho, ajudam na produção dessa riqueza. Temos tido é uma autarquia que não fez o que lhe competia, uma autarquia que não gere e uma autarquia que não governa. Aquilo a que nós assistimos neste mandato, foi aquilo que dissemos no princípio do mandato. Infelizmente, este tipo de gestão transformou aquilo que deve ser uma gestão pública inovadora numa gestão pública que apenas arrecada impostos, promove eventos e atribui subsídios. Pouco mais faz do que isto. Isto é absolutamente lamentável, isto não tem nada a ver com dinâmica, é uma inércia completa, é uma falta de ideias completa, é uma incapacidade completa para resolver problemas que existem no nosso concelho. Meus caros, é assim que se vão perdendo os jovens, é assim que nós vamos perdendo a capacidade para atrair empresas, para atrair investimento, para fixar pessoas; é assim que nós vamos perdendo dinâmicas económicas e sociais muito importantes e é assim que nós em vez de sermos uma happy city ou um concelho onde as pessoas se sintam felizes somos cada vez mais um concelho cinzentão onde procuramos mascarar a realidade com um conjunto de eventos. Aliás, tivemos aqui uma narrativa absolutamente surpreendente de um Vereador, que estando de saída, se atreve a aconselhar para o futuro aquilo que deve ser a atuação de um executivo camarário. A atuação de um futuro executivo camarário, seja ele qual for, deve resultar, em primeiro lugar, daquilo que é a vontade dos oliveirenses expressa no sufrágio eleitoral e depois, naturalmente, da aplicação de um programa sufragado junto desses oliveirenses, que esse executivo tenha apresentado e entenda aplicar. E nunca poderá ser um programa que resulte da sugestão daquilo que é a visão que se tem acerca da gestão que nós tivemos no concelho nos últimos quatro anos, que é claramente uma gestão que não permite nem

o progresso, nem o desenvolvimento do concelho. Muito pelo contrário, colocou-nos como o segundo pior concelho do país em termos de taxas de cobertura da rede de água e saneamento. Senhor Presidente, já que falamos na Volta a Portugal, eu gostaria de saber quais foram os gastos e obviamente em relação a este evento, e em relação a muitos outros, aquilo que deve ser feito é gerir com rigor. E, portanto, nós devemos fazer Voltas a Portugal se tivermos capacidades para isso; se não tivermos capacidade para fazer Voltas a Portugal todos os anos, como acontece em outros municípios, fazemos quando podermos fazer e se não tivermos capacidade para fazer Voltas a Portugal durante um mandato não fazemos, fazemos no seguinte. Agora, não podemos é dizer que este evento, como outros, não é sequer admissível que nós o equacionemos; não é sequer admissível que nós consideremos a possibilidade de não os realizarmos todos os anos; não é sequer admissível que nós tenhamos uma visão diferente em relação à importância e ao retorno que esses investimentos/ eventos trazem para o município. O importante é nós percebermos que devemos fazer aquilo que é adequado para as nossas possibilidades, para os nossos recursos financeiros, nunca esquecendo que estamos com um Plano de Saneamento Financeiro, um processo de redução agressiva de um endividamento de 55 milhões de euros que nós criamos, que esta gestão criou. Esse plano de saneamento financeiro que estamos a procurar cumprir naturalmente tem comprometido aquilo que é o nosso investimento, a nossa capacidade de execução e, portanto, nós devemos face a esta condicionante sermos ainda mais rigorosos na definição das nossas prioridades, muito mais seletivos nos investimentos que pretendemos efetuar, porque as prioridades levam-me a pensar que para o Dr. Pedro Marques é muito mais importante gastar meio milhão de euros nos últimos anos, oito anos, numa Volta a Portugal do que gastar meio milhão de euros nas redes de água e saneamento. Aliás, o Dr. Ricardo Tavares anda a dizer à população oliveirense que com oitocentos mil euros vai resolver o problema da água e saneamento, dando a entender que com oitocentos mil euros se consegue resolver aquilo que com 30 milhões de euros não conseguimos resolver. Senhor Vereador, nós somos uma terra de desporto, é um facto, assim como somos uma terra de grandes empresários, assim somos uma terra com um enorme movimento associativo, assim como somos uma terra cujo seu maior património é sem dívida as suas gentes. Não tenhamos nenhuma dúvida em relação a isso. Mas é evidente, que para nós nos considerarmos uma terra de desporto, nós não podemos vir a perder atletas federados como temos vindo a perder. Nós para nos considerarmos uma terra de desporto, temos que fazer um fortíssimo investimento na formação. Isso é que é ser uma terra de desporto. Uma terra do desporto, é uma terra que promove hábitos de vida saudáveis, que cria condições para a prática desportiva informal e que apoia o seu desporto, fundamentalmente na vertente da formação. Quando tivermos essa capacidade, aí sim, seremos uma terra de desporto. Uma terra que se considera terra de desporto, porque injeta dinheiro em eventos que muitas vezes outros municípios recusam, porque sensatamente consideram que não são prioritários para a valorização do seu território, para mim é abusivo considerarmos que somos uma terra de desporto. Senhor Presidente, algumas questões que eu considero que são importantes: A Junta

da União de Freguesias de Nogueira do Cravo/Pindelo estava a fazer uns passeios, uns passeios que já estavam feitos há mais de dez anos na freguesia de Pindelo. Os passeios tinham lancis, estavam alinhados, estavam completamente feitos, a única coisa que lhes faltou inexplicavelmente foi o piso, os passeios estavam em terra. A Junta de Freguesia entendeu fazer essa obra e entretanto recebeu um email do Senhor Vereador Ricardo Tavares, que num tom ameaçador e intimidatório disse que a obra deveria ser suspensa senão a Junta de Freguesia teria que assumir as responsabilidades. Eu gostaria de perceber quando é que vai ser executada essa obra. Gostaria que essa obra fosse procurada fazer com a mesma celeridade com que estamos a procurar fazer outras, como por exemplo as rotundas das Mangas e do LIDL e muitas outras que estão a acontecer neste momento milagrosamente. Eu gostaria que o Senhor Vereador lê-se o email, que enviou para essa Junta de Freguesia, para percebermos se aqueles termos são termos adequados e onde se respeita de forma institucional um parceiro estratégico na promoção e desenvolvimento do nosso concelho. É assim que uma Junta de Freguesia deve ser considerada. Senhor Presidente, outro assunto, Serviços SIM a serem orgulhosamente efetuados pela Transdev. Eu gostava de perceber que tipo de protocolo é que foi feito. O executivo camarário, e mais uma vez volto a referir, é um conjunto de oito vereadores mais o Presidente, eleitos pelo sufrágio direto e universal e, portanto, gostaria de perceber porque é que os vereadores não foram informados deste processo, não tiveram conteúdos e não puderam colaborar e participar na sua definição. Gostaria de perceber se este tipo de serviço que está a ser prestado é um tipo de serviço que não precisa de aprovação e ser enquadrado naquilo que são as novas regras da Autoridade Metropolitana de Transportes. É evidente que se os vereadores da oposição tivessem sido consultados teriam aconselhado a que este serviço fosse pensado de outra maneira e que tivesse um carácter de regularidade, ou seja, que nós procurássemos estudar uma solução que permitisse que as carreiras fossem regulares, que o serviço fosse regular, que o serviço existisse várias vezes por semana e que não tivéssemos uma dada região do concelho a ser servida apenas uma vez por semana. Enfim, podíamos ter contribuído com os nossos contributos na definição de uma melhor solução, mas não foi essa a perspetiva, nem a vontade da parte do executivo camarário que tem responsabilidades na gestão. Gostaria de saber, Senhor Presidente, se este serviço está enquadrado naquilo que são as nossas responsabilidades em relação à Autoridade Metropolitana do Transporte; se o protocolo envolve gastos ou se não envolve; a duração do protocolo e os termos em que foi feito; se existem penalizações caso o serviço não seja assegurado. Gostaríamos de perceber minimamente do que se trata, embora nós percebamos quais são as reais intenções deste serviço, mas obviamente não é isto que significa criar verdadeiras políticas de mobilidade no nosso concelho, isto não é mais do que um paliativo e um paliativo de má qualidade. Senhor Presidente, Wuhan Industries, eu não vou falar do investimento, ele está lá parado à vista de todos, já demos todos os prazos possíveis para a sua resolução. Enfim, não quisemos dizer que não tem resolução, isto é absolutamente surpreendente, enfiarmos a cabeça na areia é normalmente uma das práticas de gestão que nós utilizamos e só tiramos a cabeça de fora para

respirar e depois voltamos a enfiá-la na areia; não temos a preocupação de a tirar para olhar para o lado e tentar resolver as questões. É um espaço considerável da nossa zona industrial, urge arranjar uma solução para isto e urge envolver potenciais interessados em investir. O que eu queria perceber é se em função destes casos todos que têm surgido na comunicação social em relação a viagens pagas por empresas a Membros do Governo, a Vereadores, a Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis tem algumas viagens nestas circunstâncias, nomeadamente as visitas que foram feitas à empresa Wuhan Industries. Saber se essas viagens foram pagas pelo Executivo Camarário ou se foram pagas pela empresa. Julgo que essa é uma informação que pode ser dada durante a reunião. Outra questão tem a ver com a renovação da licença da concessão do Mercado Municipal e nós fizemos aqui uma proposta nesse sentido. Aquilo que nós gostaríamos de perceber, é porque é que não foi passado o alvará aos comerciantes mesmo quando os comerciantes só pagaram metade, porque tiveram direito ao restante. O que é um facto, é que eles pagam e não lhes é emitido o alvará, nem nenhum documento, que titule a legalização do exercício da sua função. Eu julgo que já foi prometido aos comerciantes a concentração dos vendedores de hortaliças, legumes e frutas no mesmo espaço. Foi anunciado aos comerciantes que em maio essa operação se iria realizar, mas a verdade é que continuamos a ter vendedores dos mesmos produtos espalhados por diferentes pontos do mercado. Fizemos lá obras, gastamos dinheiro, criamos melhores condições e eu gostaria de perceber porque é que não fizemos ainda a transferência desses vendedores, concentrando-os por tipologia de produtos. Uma última questão, Senhor Presidente, perceber por que é que fizemos um ajuste direto com a first five consulting de 14 mil euros, por mais seis meses de serviço de comunicação territorial? Por que é que nós não fizemos apenas a adjudicação do serviço por três meses, até setembro? Depois deixávamos para o próximo executivo decidir se isto é dinheiro bem gasto, mal gasto ou se faz sentido ter este tipo de gastos. Podemos fazer até uma avaliação do seu retorno e do impacto que tem no trabalho que tem desenvolvido. Só para nós ficarmos com uma ideia: nós nestes oito anos pagamos a estes senhores perto de 400 mil euros. Trata-se de uma verba substancial, estes 400 mil euros dariam para resolver o pavilhão da Noz, estes 400 mil euros dariam para resolver muitas das obras que eu enumerei aqui e que se arrastam há muitos anos. Portanto, Senhor Presidente, uma explicação em relação ao porquê e à necessidade de nós fazermos mais este ajuste direto por seis meses, em vez de o fazermos por três meses, dando ao próximo executivo a possibilidade de decidir a sua manutenção ou não. Posteriormente o Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao Vereador Dr. Ricardo Tavares que disse: Eu gostaria de salientar a ocorrência, durante este mês de agosto, das nossas Festas de La-Salette, que são umas das maiores Festas da Beira Litoral. Teve um programa e um cartaz que mereceu a adesão dos oliveirenses e de muitos visitantes, que honraram e dignificaram a história e a tradição religiosa e lúdica das Festas de La-Salette. Aproveitava, também, este momento para destacar o trabalho realizado pela Comissão de Festas, pelo seu esforço e voluntarismo, que contribuiu para a excelente organização e realização das mesmas. Relativamente à situação dos passeios em Pindelo, se o Senhor Presidente me permitir, só

esclarecer o seguinte: O Senhor Presidente da União das Freguesias, fez um pedido à Câmara Municipal para a realização desta empreitada. A Câmara Municipal desenvolveu todo um procedimento público e contratualizou com um empreiteiro a realização desta obra. Não foi possível realizar esta obra durante o mês de agosto, porque tivemos o período de férias e alguns serviços não concluíram atempadamente o procedimento. O procedimento, penso eu que até já foi publicado, inclui a realização desta obra na empreitada. Fiquei a saber que esta obra estava a ser executada pela Junta e no email eu quis informar o Senhor Presidente da Junta que ele corria o risco de estar a realizar uma obra que depois iria ser destruída e passados quinze dias iria ser realizada pela Câmara Municipal. Não faria sentido, ele que assumisse as responsabilidades. Eu disse que a obra estava para ser realizada e que iria ser executada este mandato, portanto só quis fazer esse alerta e perguntar se a realização desta obra estava a ser feita por estarmos a um mês das eleições. Foi isso que me pareceu e foi concretizado, ao contrário e há revelia de todos os procedimentos públicos. Eu até já ouvi dizer, pelo Senhor Presidente da União de Freguesias que a Câmara lhe embargou a obra. Não sei quem é que o informou disso ou deu conhecimento, mas isso é uma falsidade. É bom que se esclareça isso, porque ele é livre atendendo ao respeito que existe entre a Câmara Municipal e os Presidentes de Junta. Os Presidentes de Junta só nos comunicam o que vão fazer e a Câmara nunca se opôs a nada. Agora, alerta para determinadas consequências dos atos. Se o Senhor Presidente, depois deste email, entendeu que devia suspender esta obra, é porque entendeu que realmente não estava a agir da melhor forma. Se vocês acham que ele agiu mal, têm é que falar com ele, não é comigo. O Senhor Presidente da Junta suspendeu voluntariamente a obra, ninguém lhe embargou a obra. Pelo Senhor Presidente foi concedido o uso da palavra à Vereadora Prof.^a Manuela Pinho que disse: A primeira nota, sou um bocadinho suspeita, é relativamente ao Agrupamento de Escolas Ferreira de Castro, onde eu e o Prof. Manuel Alberto somos professores. O Agrupamento de Escolas Ferreira de Castro, em parceria com uma empresa de criatividade, obteve um prémio nacional no âmbito do concurso dinamizado pela revista “Meios e Publicidades”. A ideia consistiu em colocar os alunos a ler os jornais, utilizando aplicações móveis. Portanto, os alunos leem os jornais através da rede social snapchat. Também felicitar a Escola Ferreira de Castro, porque mais uma vez participou na 9^a Edição da Geração Depositário. Foi feita uma recolha a nível do distrito de Aveiro de aproximadamente 413 toneladas de resíduos eletrónicos e pilhas e isto reverteu num donativo superior a 6 mil euros que foi entregue à Operação Nariz Vermelho. É uma campanha bastante importante, que se destinou a ajudar crianças a terem uma vida mais sorridente. Posteriormente o Senhor Presidente usou da palavra para dar resposta às intervenções anteriores e disse: Relativamente às margens do Caima, a intervenção está a demorar mais do que aquilo que eu previ. A indicação que eu tenho é que ainda vamos ter obra durante este verão. Portanto, eu espero que a obra inicie o mais rápido possível, no sentido de que pelo menos aquilo que é essencial, como a reposição das guardas e da passagem junto ao hotel, possa ser feito em tempo útil. Já devia estar feita, ainda não foi possível, mas será seguramente ainda realizada durante este verão e

concluída em setembro, pelo menos são essas as indicações que eu tenho dos serviços. Em relação à poluição do rio Caima e do rio Ul, nós temos vindo a acompanhar este problema, que estará relacionado não apenas com o funcionamento das ETAR's. Nós já falamos sobre essa questão e sobre o volume de investimento que está previsto ser feito para a reabilitação das ETAR's. Mas, estamos a tentar verificar se existem outras fontes poluentes e já temos algumas sinalizadas. Tem-se feito a comunicação às entidades competentes, portanto, é um trabalho que é acompanhado pelos nossos técnicos, mas também em conjunto com as entidades que têm responsabilidade nas ETAR's. Tenho aqui alguns elementos que pedi para recolher, depois se for necessário posso disponibilizar os passos que foram dados, no acompanhamento do que foi feito e das análises que têm vindo a ser realizadas para depois poderem aferir como entenderem. De facto, é um problema grave que se vem repetindo, com uma dimensão superior ao normal sobretudo nestas alturas do verão quando o caudal é muito baixo e este ano agravado por ser um ano de seca extrema. Esta é uma questão que nos preocupa a todos e é um processo que está a ser acompanhado pela Senhora Vereadora Manuela Pinho. A Vereadora Prof.^a Manuela Pinho acrescentou: A Associação de Municípios pensa que é uma empresa de São João da Madeira que está a fazer algumas descargas indevidas no rio Ul. A Associação de Municípios está a investigar. O Senhor Presidente continuou a sua intervenção: Relativamente ao relatório da Casa Museu, foi mesmo esquecimento do Senhor Vereador e será disponibilizado logo que possível. A intervenção do Vereador Joaquim Jorge, foi um balanço do mandato, sempre sobre a perspetiva negativa, até parece que nada de positivo acontece em Oliveira de Azeméis. Permita-me que lhe diga que não partilho da sua visão e a valorização daquilo que são os aspetos negativos, ou menos conseguidos, é uma estratégia. Estamos no final do mandato, é sempre possível fazer-se esse balanço, daquelas que eram as expectativas a realizar e pode ter a certeza de que muitas das coisas que não se conseguiu realizar seguramente não foram por vontade de não as querer realizar. Há uma diferença muito grande entre aquilo que é "estar do lado da bancada" e "estar dentro do jogo". O balanço é sempre feito numa perspetiva de quem o fez, mas é também uma perspetiva de quem num regime que nós conhecemos e valorizamos, num regime democrático, ter uma alternativa, ter uma oposição que teria seguramente outros critérios, teria outras estratégias e outros objetivos. E quanto a isso, não vem nenhum mal ao mundo, pelo contrário, todos nós enriquecemos. Mas acho que a visão pura e simples negativista, não é só esse o papel que se espera de um executivo que apesar de tudo tomou-as por unanimidade. Concordo com aquilo que disse: O maior património que temos são as gentes de Oliveira de Azeméis, é por isso que estamos aqui, é por eles que nós trabalhamos e é sobretudo para tentarmos concretizar um desejo de criar e ter melhores condições de vida para todos os Oliveirenses, mesmo com as dificuldades que temos, mas procurando também não esquecer uma dimensão muito importante daquilo que é um executivo camarário e da ação camarária, que vai muito para além das obras materiais e que tem a ver com as suas obrigações e a sua missão na área social, na educação, na vertente para as pessoas e com as pessoas. As obras também fazem parte da evolução e do progresso que queremos para

Oliveira de Azeméis. Respeito a visão que o Senhor Vereador aqui transmitiu, naturalmente poderá fazê-la sempre e quando o entender. São posições diferentes, mas isso não impede que possamos estar sentados à mesma mesa e a discutir outras questões. Quanto à observação que fez relativamente à Volta a Portugal, também nesse espírito de democracia, não vejo por que razão é que o Senhor Vereador Pedro Marques não pode apontar que os próximos executivos possam encarar esta atividade e este evento desportivo de promoção de Oliveira de Azeméis e das suas gentes, que possa ser acolhido. Não vejo mal nenhum, por isso é que pode haver naturalmente visões diferentes. Estamos a falar desse evento como poderíamos estar a falar de outras realizações que se fazem, mais na dimensão desportiva e cultural. Relativamente à questão da Junta de Freguesia de Nogueira do Cravo, já foi esclarecido. Em qualquer circunstância, o que importa é que a obra se realize. Esta era uma obra que o Senhor Presidente da Junta vinha a reivindicar há algum tempo e também percebo a sua preocupação para que a obra se realizasse o mais rapidamente possível. Relativamente à questão dos Serviços SIM, eu neste momento não tenho muita informação para vos transmitir, mas posso trazer todos os elementos necessários relativamente a estes transportes, que serão implementados a partir do dia 01 de setembro. São transportes destinados sobretudo a idosos com mais de 65 anos, que fazem o transporte entre as freguesias e o centro urbano. Quanto à Wuhan Industries, em devido tempo dei conhecimento da evolução desta situação. Eles cumpriram com as suas obrigações, é certo que ainda não houve evolução a nível de investimento ou eventual venda dos pavilhões que já estão construídos, mas seguramente que há interessados. Já tivemos muitas manifestações de interesse na aquisição daqueles pavilhões e até de investimentos provenientes de outros municípios, mas é uma questão que tem que ser resolvida porque implica outras instituições. Neste momento eles cumpriram contratualmente com aquilo que tinham obrigação. Agora, há aqui uma questão, que eu já referi e que tem a ver com o seguinte: Eles estão a resolver a questão do financiamento que obtiveram para construir o que construíram. Isso vai obrigá-los a repensar a sua opção relativamente ao investimento, ou que possam mesmo alienar aqueles pavilhões. Este assunto também foi tratado por mim e pelo representante que é o Carlos Teixeira. Numa ação que fizemos junto da Embaixada Chinesa, procuramos sensibilizar a encarregada do negócio no sentido de se encontrar uma solução viável para este investimento. Do ponto de vista industrial e empresarial, não é vantajoso para a empresa ter ali aquilo e também não é vantajoso para nós termos ali aquele investimento inutilizado, quando há um conjunto de empresas interessadas em adquirir aqueles pavilhões e em investir lá. Relativamente à questão das viagens: Eu não lhe sei responder, até porque elas foram realizadas há algum tempo, mas poderei eventualmente fornecer essa informação. Relativamente à questão da first five consulting, esta contratualização foi feita até ao final de dezembro. Não há uma grande obrigação do próximo executivo, na medida em que estamos a falar de dois meses, praticamente novembro e dezembro, e que permite, se for entendimento do próximo executivo, manter os serviços de colaboração que a F5C mantém com a autarquia e nesse espaço de tempo poder encontrar, ou não, uma alternativa para os próximos quatro anos. Aquilo que era importante é

que se pudesse assegurar aquilo que é a colaboração prestada pela empresa à Câmara Municipal. Senhor Vereador, eu só lhe recordava uma ou duas coisas que disse. Aliás uma elencagem de enações ou relações negativas relativamente ao executivo e depois todo o mérito é dos empresários, das associações e de todo o resto que não for câmara, como se o senhor não fizesse parte também deste executivo, como se também o senhor não tivesse de alguma forma responsabilidade em muitas das decisões que aqui são tomadas. Nas opções políticas que foram tomadas obviamente que não tem, mas o que disse dá ideia de que o mérito é sempre de terceiros e que a câmara e aqueles que estão no executivo em permanência, se quiser, é que tem o ónus da responsabilidade de tudo o que acontece ou que não acontece. Num balanço admito tudo isso, admito que haja uma visão que não vai de encontro daquelas que seriam as expectativas relativamente às opções políticas daqueles que são responsáveis pela oposição. Mas, também não me venham dizer, e agora é uma expressão minha, que tudo aquilo que foi feito durante estes oito anos, ou que não foi feito, foi tudo errado. Há uma evolução, há um conjunto de aspetos em que afirmamos o nosso município, o nosso potencial. Entendo também que muito daquilo que é o nosso investimento tem de ser sobretudo, e aí concordo inteiramente com aquilo que disse, para o capital mais importante que são as pessoas, estejam elas nas instituições, estejam elas nas associações e coletividades, estejam elas nas empresas, estejam elas onde estiverem. São elas a razão de ser da nossa ação política e da nossa ação enquanto executivo camarário, se não for assim estamos a inverter todos os valores. O Vereador Eng.º Joaquim Jorge disse: Senhor Presidente, como estava a dizer, o nosso capital humano são naturalmente as pessoas e naturalmente que a nossa responsabilidade é trabalharmos para criar condições para potenciar esse capital humano. Naturalmente, aquilo que é nossa responsabilidade, e é para isso que estamos mandatados, é para melhorar as condições de vida dessas populações; é para desenvolver e valorizarmos este território; afirmarmos este território num quadro de competitividade como somos confrontados diariamente e criarmos condições para que as pessoas vivam neste concelho mais tempo. Senhor Presidente, eu mais uma vez tenho que dizer, que a sua interpretação é completamente abusiva. Eu não disse que o executivo não fez rigorosamente nada. O que eu fiz, Senhor Presidente, foi o diagnóstico de um conjunto de obras que nós herdamos no início do mandato e até de mandatos anteriores. O senhor sabe que é verdade e fazendo o balanço no final do mandato, a grande maioria dessas obras e a maior parte delas são obras estruturais, muitas delas encontram-se resolvidas em concelhos vizinhos como a Casa da Criatividade, como os parques urbanos, como as zonas industriais, como a rede viária qualificada. Um conjunto de respostas que existem em outros concelhos, com metade do orçamento do nosso concelho e que nós não temos aqui. O que disse foi que a sociedade civil fez o seu papel e eu julgo que o senhor não me desmentirá se eu disser que os empresários estão a cumprir o seu papel. Nós temos cada vez mais e maiores volumes de exportação, mais contributos da indústria local para PIB nacional, temos o nosso movimento associativo a participar nos eventos que a Câmara organiza, temos os nossos trabalhadores a produzir e a ajudar os nossos empresários a construir esta realidade industrial. Aquilo que disse

foi precisamente isso. A sociedade civil está a fazer o seu papel, é chegado o tempo da autarquia também começar a fazer o seu. A autarquia tem que fazer o seu papel, não sendo aquele que vai a reboque da sociedade civil, mas pelo contrário, vai ao lado da sociedade civil a promover, a incentivar, a potenciar o investimento que a sociedade civil tem que fazer também no desenvolvimento do nosso concelho. Senhor Presidente, só para terminar esta matéria, uma coisa que o senhor acabou por dizer: uma coisa é aquilo que é a oposição e outra coisa é a gestão. O Dr. Ricardo Tavares não raras vezes nos pede para que sejamos nós a resolver o problema, que financiemos a coisa se calhar e até arranjemos os recursos humanos e materiais para fazermos as obras, asfaltarmos vias e construirmos equipamentos. Nós sabemos perfeitamente qual é o nosso papel enquanto oposição. Agora, há uma coisa que nós fazemos e vamos continuar a fazer até ao final deste mandato, que é combater muitas das prioridades que foram definidas. Quando nós temos um conjunto de elementos como são o PDM, o Programa Estratégico de Reabilitação Urbana, os Orçamentos, os Planos Plurianuais de Investimento, que são um conjunto de documentos que nós consideramos estratégicos para orientar e balizar a nossa gestão e nós os ignoramos por completo, é evidente que isto é absolutamente preocupante. Eu nem sequer lhe vou perguntar, porque isto seria constrangedor, quanto é que o senhor acha que está previsto, no programa estratégico de reabilitação urbana, gastarmos por ano na Noite Branca. O Senhor Vereador Dr. Pedro Marques tenho a certeza que sabe, mas os outros não sabem. É pena. Temos previsto 20 mil euros. Sabe quanto é que vamos aqui aprovar no ponto seguinte? Oitenta mil euros. O senhor sabe quanto é que temos previsto para a Fanzone, por ano? Sessenta mil euros. Sabe quanto é que gastamos no último evento? Perto de duzentos mil euros. Senhor Presidente, o que nos preocupa são as definições das prioridades; o que nos preocupa é a gestão, porque essa gestão naturalmente afeta o quotidiano das pessoas, tem impacto naquilo que são as resoluções dos problemas. Senhor Presidente, a nossa preocupação tem sido exclusivamente essa. É evidente que não vamos estar aqui a falar dos eventos, porque há eventos que são tremendamente importantes, outros que não são tão importantes; há eventos que se calhar precisam de menos dinheiro, há eventos onde se calhar gastamos dinheiro a mais. Não é disso que se trata, como é óbvio, o que eu estou a dizer é uma definição correta das prioridades. Perceber que do ponto de vista da ação social, que do ponto de vista de um conjunto de respostas que são obrigação da autarquia, essas resposta têm sido dadas e em alguns casos até têm sido bem dadas. Agora, Senhor Presidente, se o senhor conseguir dizer que alguma daquelas obras que eu referi está feita ou alguma coisa daquilo que eu disse é mentira, reconheço que o balanço não faz rigorosamente sentido nenhum. O problema sabe qual é senhor Presidente? Aqui é tudo verdade, está tudo por resolver. Esse é que era o nosso caderno de encargos: há oito anos tínhamos uma quantidade enorme daquelas coisas previstas para resolver, há quatro anos tínhamos uma quantidade enorme daquelas coisas para resolver. Sabe daquelas coisas todas que eu referi, quantas resolvemos? Nenhuma. Rigorosamente nenhuma. Senhor Presidente, a si cabe-lhe dizer quais é que foram as que resolvemos. A mim, cabe-me dizer que as que não resolvemos foram estas, sendo certo que eu tenho alguma dificuldade em

perceber quais foram as que resolvemos, exceto a intervenção no Parque de La-Salette, a Área de Acolhimento Empresarial de Ul/Loureiro que foi a que herdamos; o Centro Escolar de Ul. =

===== **ORDEM DO DIA** =====

===== A Câmara tomou conhecimento da lista dos contratos de aquisição dos serviços celebrados em julho de 2017, bem como da informação interna de suspensão do Plano de Ajustamento Financeiro, documentos estes que ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. =====

===== **APROVAÇÃO DE ATAS:** O Senhor Presidente colocou à votação as atas n.ºs 105, 106 e 107, as quais foram aprovadas por unanimidade. =====

===== **CULTURA, DESPORTO E TEMPOS-LIVRES** =====

===== **CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO A CELEBRAR COM O FUTEBOL CLUBE PINHEIRENSE (I/54859/2017):** Pelo Vereador Dr. Pedro Marques, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - As atribuições dos Municípios em matéria de Cultura, Tempos Livres e Desporto (alíneas e) e f) do n.º 2 do art.º 23.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro); - Os fins prosseguidos pelo Futebol Clube Pinheirense, designadamente a promoção desportiva, cultural, recreativa e formação dos seus associados e da população local, em geral, bem como desenvolver a modalidade de futebol; - As competências das autarquias no apoio aos projetos de melhoria das instalações, permitirá promover a formação, cultura, ocupação saudável de tempos livres e promoção desta prática desportiva; - Ao abrigo da alíneas o) e u), n.º1, artigo 33º do Anexo I, da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro e fundamentos acima referidos, proponho: A aprovação da minuta do Contrato Programa, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, a celebrar com ao Futebol Clube Pinheirense, nos termos e condições ali estabelecidas. Os encargos resultantes do Contrato-Programa estão suportados em termos orçamentais, com compromisso de fundo disponível n.º 3602/2017, conforme determina a Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO A CELEBRAR COM A ASSOCIAÇÃO COLUMBÓFILA DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS (I/54898/2017):** Pelo Vereador Dr. Pedro Marques, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - A importância do desporto, no domínio de uma política para a juventude, destinado a proporcionar uma ocupação ativa e saudável dos tempos livres dos jovens, de modo

a facilitar a sua inserção na sociedade; - Incumbe às Autarquias Locais a promoção e a generalização da atividade física, enquanto instrumento essencial para a melhoria da condição física, da qualidade de vida e da saúde dos cidadãos – n.º 1, art.º 6º, da Lei 5/2007, de 16 de janeiro (Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto); - Que nos termos do n.º 3 do art.º 46º (Apoios Financeiros), daquele diploma legal ”3 - Os apoios ou participações financeiras concedidas pelo Estado, pelas Regiões Autónomas e pelas autarquias locais, na área do desporto, são tituladas por contratos-programa de desenvolvimento desportivo, nos termos da lei;” proponho: - A aprovação da minuta de contrato-programa, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, a celebrar com Associação Columbófila de Oliveira de Azeméis, ao abrigo da alínea u), n.º1, art.º 33º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. Os encargos resultantes do contrato-programa estão suportados em termos orçamentais, com o compromisso de fundo disponível n.º 3603/2017, conforme determina a Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho e respetivas alterações.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO A CELEBRAR COM O CLUBE DESPORTIVO DE LOUREIRO (I/54864/2017):** Pelo Vereador Dr. Pedro Marques, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - As atribuições dos Municípios em matéria de Cultura, Tempos Livres e Desporto (alíneas e) e f) do n.º 2 do art.º 23.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro); - Os fins prosseguidos pelo Clube Desportivo de Loureiro, designadamente a promoção desportiva, cultural, recreativa e formação dos seus associados e da população local, em geral, bem como desenvolver a modalidade de futebol; - As competências das autarquias no apoio aos projetos de melhoria das instalações, permitirá promover a formação, cultura, ocupação saudável de tempos livres e promoção desta prática desportiva; - Ao abrigo da alíneas o) e u), n.º1, artigo 33º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro e fundamentos acima referidos, proponho: A aprovação da minuta do Contrato-Programa, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, a celebrar com ao Clube Desportivo de Loureiro, nos termos e condições ali estabelecidas. Os encargos resultantes do Contrato-Programa estão suportados em termos orçamentais, com compromisso de fundo disponível n.º3605/2017, conforme determina a Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. O Senhor Presidente não participou na análise e votação deste ponto, por se considerar impedido. =====

===== **CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO A CELEBRAR COM O REAL CLUBE NOGUEIRENSE (I/54856/2017):** Retirado para melhor análise. =====

===== **CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO A CELEBRAR COM O FUTSAL CLUBE DE AZEMÉIS (I/54892/2017):** Retirado para melhor análise. =====

===== **CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO A CELEBRAR COM A ASSOCIAÇÃO ESCOLA DE CICLISMO BRUNO NEVES (I/54951/2017):** Pelo Vereador Dr. Pedro Marques, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - A importância do desporto, no domínio de uma política para a juventude, destinado a proporcionar uma ocupação ativa e saudável dos tempos livres dos jovens, de modo a facilitar a sua inserção na sociedade; - Incumbe às Autarquias Locais a promoção e a generalização da atividade física, enquanto instrumento essencial para a melhoria da condição física, da qualidade de vida e da saúde dos cidadãos – n.º 1, art.º 6º, da Lei 5/2007, de 16 de janeiro (Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto); - Que nos termos do n.º 3 do art.º 46º (Apoios Financeiros), daquele diploma legal ”3 - Os apoios ou participações financeiras concedidas pelo Estado, pelas Regiões Autónomas e pelas autarquias locais, na área do desporto, são tituladas por contratos-programa de desenvolvimento desportivo, nos termos da lei;” Proponho: - A aprovação da minuta de contrato-programa, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, a celebrar com Associação Escola de Ciclismo Bruno Neves, ao abrigo da alínea u), n.º1, art.º 33º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. Os encargos resultantes do contrato-programa estão suportados em termos orçamentais, com o compromisso de fundo disponível n.º 3609/2017, conforme determina a Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho e respetivas alterações.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada, com a alteração à cláusula quarta do contrato, a qual se passa a transcrever: “Para a prossecução do objeto do presente contrato, o primeiro outorgante concede ao segundo outorgante apoio financeiro no valor total de € 50.000,00 (cinquenta mil euros), nos termos seguintes: a) 420,00 € (quatrocentos e vinte euros) – apoio à Formação desportiva; b) 35.000,00 € (trinta e cinco mil euros) - Evento “Memorial Bruno Neves”; e c) 14.580,00 € (catorze mil, quinhentos e oitenta euros) – apoio às restantes atividades previstas no Plano de Desenvolvimento Desportivo.” =====

===== **PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO A CELEBRAR COM A FAMOA – VI EDIÇÃO DA NOITE BRANCA (I/54935/2017):** Pelo Vereador Dr. Pedro Marques, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - A importância social e cultural do evento Noite Branca, que se vai realizar na cidade de Oliveira de Azeméis a 16 de setembro, que interessa fomentar e valorizar, encontrando o seu referencial no estímulo e dinamização de iniciativas que envolvam o movimento associativo e toda a população no seu festejo; - Que a realização de projetos de carácter cultural, recreativo ou de lazer para além de cultivarem o espírito de grupo, a inserção na sociedade e ocupação de tempos livres, traduzem-se em

benefícios para as populações (incluindo camadas mais jovens), e para o desenvolvimento da economia local, designadamente, o comércio tradicional do centro urbano da cidade de Oliveira de Azeméis; - Que importa assegurar a criação de condições mais estáveis e adequadas ao desenvolvimento de atividades culturais e, conseqüentemente, de valorização e estímulo de iniciativas e projetos a cargo de entidades que já demonstraram capacidade de execução na prossecução desses objetivos; - Que se vai realizar a VI edição da Noite Branca, que tem vindo ao longo dos anos a envolver cada mais associações do município e registado um aumento significativo de pessoas que visitam Oliveira de Azeméis durante este evento; - A estreita parceria com a Federação das Associações do Município de Oliveira de Azeméis, entidade que congrega o movimento associativo do Município em diversos eventos culturais como é o da Noite Branca; - As atribuições dos Municípios em matéria de Cultura, Tempos livres e Promoção do Desenvolvimento (alínea e), f) e m) do n.º 2 do art.º 23º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro); - Que compete à Câmara Municipal deliberar sobre a concessão de apoio financeiro ou de qualquer outra natureza a instituições legalmente constituídas, tendo por objeto o desenvolvimento de atividades culturais, recreativas e desportivas, ou outra de interesse para o município (alínea o) e u) do n.º 1 do art.º 33º do citado Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro); - Que os encargos resultantes do Protocolo estão suportados em termos orçamentais, com o compromisso de fundo disponível n.º 3607/2017, conforme determina a Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro; proponho: - Ao abrigo das alíneas o) e u) n.º 1 do artigo 33º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, seja aprovada a minuta do Protocolo de Colaboração a celebrar com a FAMOA, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas.” O Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao Vereador Dr. Pedro Marques que fez a seguinte intervenção: Tivemos de encontrar uma alternativa que desse alguma sustentabilidade e continuidade ao evento e encontramos a FAMOA, que também já é nossa parceira no Mercado à Moda Antiga. Nós entendemos que é um evento com marca Azeméis, a FAMOA é a entidade com quem nós temos trabalhado no que diz respeito à promoção e valorização do nosso mundo associativo e vai começar este ano a trabalhar connosco neste evento. Espera-se que este evento seja mais um êxito. Hoje nós temos a consciência da importância que este evento tem para o mundo associativo e a importância que tem para os nossos artistas locais. Cada vez mais, continuo a achar que a arte e a cultura tem que ser o ícone da Noite Branca de Oliveira de Azeméis. Nós não precisamos de ter grandes concertos, de grandes nomes, de grandes DJ’s, os nossos DJ’s são todos de Oliveira de Azeméis. Cada vez mais, temos a envolvimento do turismo da região neste evento, o que é muito importante. Este não é um evento da Câmara Municipal, é um evento dos oliveirenses. Eu acho que cada vez mais devemos apostar neste evento, uma marca Azeméis; investir neste evento, quando temos potencial e quando há qualidade devemos investir ainda mais. Quando não há essa qualidade, devemos fazer um retrocesso nesse investimento. Isso já aconteceu em alguns eventos, eu tomei consciência que não era dinheiro bem aplicado e assim se faz a gestão dos bens públicos. Seguidamente o Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao Vereador Dr.

Manuel Alberto Pereira que disse: É evidente que eventos destes devem ser continuados. Uma coisa é continuar eventos e outra coisa é termos noção que esses eventos podem acontecer da mesma maneira e até com participação igual, sem necessariamente nós estarmos a fazer uma gestão, que eu julgo que não é uma boa gestão. Já agora, Dr. Pedro Marques, consegue dizer-nos quanto é que foi investido na Noite Branca? O Dr. Pedro Marques respondeu: Mais ou menos este valor, custou menos cerca de € 10.000,00. O Vereador Dr. Manuel Alberto disse: Mas o que está no site da Câmara é que foram gastos € 40.000,00. O Vereador Dr. Pedro Marques esclareceu: Eu estou a falar do orçamento global, ou seja, há despesas/prestações de serviços objetivas e depois há muitos gastos colaterais que não aparecem. Eu estou-lhe a dizer que o que vem aqui são as prestações de serviço, não é aquisições de bens. O Vereador Dr. Manuel Alberto continuou a sua intervenção: Eu garanto-vos que se vocês colocarem em letras garrafais que vão gastar € 80.000,00 na Noite Branca, as pessoas vão ficar chocadas e com razão. As pessoas vêm cá com todo o prazer para estar com os amigos e estar a conversar nas ruas de Oliveira de Azeméis. O que eu estou a dizer é que, do meu ponto de vista, é errado e acho que qualquer oliveirense pensa isso, ou seja, que nós estejamos a aumentar para o dobro o financiamento do evento. No site da Câmara estão € 40.000,00, se não foi este o valor retirem esta informação. A noite branca deve existir, ninguém está a por em causa isso. O problema é sempre o mesmo: qual é o critério que nós temos para definir isto? É que se for assim, é uma gestão à deriva. O Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao vereador Eng.º Joaquim Jorge Ferreira que disse: Senhor Presidente, o que eu acho que é relevante nesta matéria, como em todas as outras, é isso que temos vindo a falar nos últimos anos, é que as coisas sejam devidamente planeadas. Eu não quero crer que a quinze dias do evento, nós decidamos aqui atribuir uma verba até 80.000,00€ a uma entidade parceira e não saibamos ou tenhamos um valor aproximado dos gastos que vamos ter com iniciativa. O que é que eu quero dizer com isto? Quero dizer, que a quinze dias do evento, suponho eu, tudo estará contratualizado, ou a parte substancial das coisas, aquilo que representa volume e gastos financeiros avultados, tudo isso estará negociado, estarão pedidas propostas, estarão adjudicados serviços. O instrumento que permite dar credibilidade a uma tomada de decisão por parte de um executivo camarário é esse. É uma estimativa dos custos que nós vamos ter com a contratação de bens e serviços, com o fornecimento de energia, etc., até porque como disse existem cinco anos de história. Portanto, significa que nós aquilo que devemos fazer quando confrontamos um executivo camarário com um valor, naturalmente que devemos ter aqui uma estimativa dos custos e dizer muito claramente onde e como é que o vamos gastar, até porque posso dizer, e não está em causa a iniciativa, que discordo com determinados atos da iniciativa e que podíamos repensar, se isto chegasse em tempo útil. Eu não tenho rigorosamente nada contra o evento Sénior Party, acho um evento interessantíssimo e importantíssimo para os nossos seniores. Mas tenho algumas dúvidas se tínhamos que gastar 15.000,00€ ao contratar o Senhor Fernando Mendes. Se isso viesse definido aquando da apresentação, eu dizia que discordava em absoluto de gastarmos 15.000,00€ nesse dia. O que é que nós fazemos? Gastamos três, quatro ou cinco mil euros em

grupos locais que animam o evento e permitem um financiamento a esses grupos locais e à sua atividade. Nós devemos ter um orçamento e um mapa estimativo dos custos, porque eu não sei como é que a FAMOA consegue gerir uma coisa destas se não lhe for devidamente explicado o processo e se não souberem onde vão gastar o dinheiro e como o vão gastar. A Vereadora Dra. Ana de Jesus apresentou a seguinte declaração de voto: Senhor Presidente, pessoalmente, vou-me abster neste ponto, porque não sei, nem conheço, onde vai ser gasto este valor que é considerável e que acho que atinge já dimensões que são exageradas para uma noite. Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por maioria, com quatro abstenções dos Vereadores do PS, quatro votos a favor dos Vereadores do PSD e o voto a favor do Senhor Presidente, aprovar a proposta apresentada. =====

===== **ADENDA AO PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO CELEBRADO COM A ESCOLA LIVRE DE AZEMÉIS (I/54931/2017):** Retirado para melhor análise. =====

===== **CONTRATO-PROGRAMA A CELEBRAR COM A FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DE S. MARTINHO DE CUCUJÃES (I/54912/2017):** Pelo Vereador Dr. Ricardo Tavares, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - As atribuições dos Municípios em matéria de ação social e promoção do desenvolvimento, consignadas designadamente, nas alíneas h) e m) do n.º 2 do art.º 23º, do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro; - Que importa assegurar a valorização e estímulo de iniciativas e projetos a cargo de entidades que já demonstraram capacidade de execução na prossecução desses objetivos; - As competências das autarquias no apoio aos projetos de melhoria das instalações, permitindo, assim, promover melhores respostas sociais e de qualidade dos serviços; - O teor do ofício da Fabrica da Igreja de S. Martinho de Cucujães (E/21538/2017); Ao abrigo da alínea o) n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, proponho: - Ao abrigo das alíneas o) e ff n.º 1 do artigo 33º do Anexo I, à Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, seja aprovada a minuta do contrato-programa a celebrar com a Fabrica da Igreja Paroquial de S. Martinho Cucujães, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. Os encargos resultantes do contrato-programa estão suportados em termos orçamentais, com o compromisso de fundo disponível n.º 3604/2017, conforme determina a Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho e respetivas alterações.” O Senhor Presidente concedeu o uso da palavra à Vereadora Dra. Ana de Jesus que fez a seguinte intervenção: Queria saber onde é que está o orçamento destas obras, queria saber quanto é que custam as obras. Senhor Presidente, ao longo destes anos todos que aqui estamos nunca me pronunciei sobre apoios à Igreja de Travanca, nunca me pronunciei sobre apoios à Igreja de Cucujães, à Igreja de Oliveira de Azeméis. Nunca cá veio nenhum apoio para capelas, esta é a primeira vez. Portanto, a primeira questão que nós queremos saber, é se vamos abrir este precedente para capelas? Não percebo por que é que esta obra tem que ser financiada na sua totalidade pela Câmara Municipal. A Câmara tem que ser parceira, não deve colaborar na totalidade. E porquê? Senão, a partir de

agora, sempre que for necessário obras nas capelas pelas quais cada um de nós está mais ligado, a sugestão vai ser imediata de vir cá e financiar a totalidade das obras, que é isto que nós estamos a fazer. E, depois, nem se trata da preservação do património, porque o que está aqui descrito é todo um conjunto de algumas inovações, que é uma questão de perspetiva. Sinceramente gastar € 70.000,00 neste conjunto de obras parece-me uma coisa excessiva. Portanto, tenho muita dificuldade, com todos os custos que isto possa ter de não ficar bem, muito menos a uma cucujanense, dizer uma coisa destas, mas eu não estou aqui como cucujanense, estou aqui como vereadora. Nunca aprovei nada para nenhuma capela, mesmo para as igrejas nós colaboramos sempre em participações em orçamentos, nunca colaboramos na totalidade de um orçamento. Portanto, eu acho que isto não está correto. É discriminar, é abrir uma brecha que eu acho que não se deve de abrir. Seguidamente usou da palavra o Vereador Eng.º Joaquim Jorge para dizer: A Comissão está a pedir € 67.000,00+IVA e nós estamos a dar € 70.000,00, porquê? Por que é que estamos a ultrapassar o valor que nos pedem? Temos consciência que isto é o orçamento anual de algumas Juntas de Freguesia? O problema são os precedentes. Nós andamos há muito anos a exigir que se faça um regulamento para atribuição de subsídio, onde definam claramente a percentagem de comparticipação. Se houvesse aqui um critério de 30% do valor da obra todas estas discussões eram evitadas, o valor era rigoroso e saberíamos que seria uma mera formalidade vir aqui à aprovação. O Senhor Presidente esclareceu: É verdade que não temos um regulamento de subsídios, apesar de o termos feito não o temos aprovado. Já agora, se me permitem essa sugestão também, deveria ser das primeiras coisas a serem feitas no próximo mandato e que os critérios de atribuição sejam justos, objetivos e permitam exceções quando tiver de haver exceções, porque também tem que ser previsto isso, exceções essas devidamente justificadas e enquadradas dentro daquilo que for o espírito de atribuição de subsídios e apoios às instituições ou coletividades. Eu gostava que a proposta fosse redigida pelo menos até ao limite deste valor que está aqui. Esta é uma proposta que o executivo decide apresentar. Se aquele espaço fosse da Câmara Municipal, eu achava que devia ser a Câmara a intervir e a requalificar aquele espaço, que é digno, mas neste caso o espaço não pertence à Câmara. A Vereadora Dra. Ana de Jesus disse: Voto contra, não por não concordar com o apoio, mas porque entendo que não devemos comparticipar na totalidade estas obras. Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por maioria, com quatro votos contra dos Vereadores do PS, três votos a favor dos Vereadores do PSD e o voto a favor do Senhor Presidente, tendo este último usado do voto de qualidade, aprovar a proposta apresentada. A Vereadora Dra. Gracinda Leal não participou na análise e votação deste ponto, por se considerar impedida. =====

===== **MOTO CLUBE "OS ÚLTIMOS" – ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO (I/54853/2017):** Pela Vereadora Dra. Gracinda Leal, foi apresentada a seguinte proposta: "Considerando: - As atribuições dos Municípios, designadamente no domínio de Tempos Livres e Desporto (al. f), nº 2 do art.º 23.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro); - O teor do

ofício do Moto-Clube “OS ULTIMOS”, no qual solicita apoio financeiro para a realização da XVI Concentração Nacional Motard (E/19902/2017), proponho: - A atribuição de um apoio financeiro ao Moto-Clube ”OS ULTIMOS”, no montante de 3.000,00 € (três mil euros), para os identificados fins, ao abrigo da alínea o), n.º 1, art.º 33º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, tendo em conta o reconhecido interesse público municipal subjacente à realização do evento (XVI Concentração Nacional Motard); - Que o pagamento do valor mencionado será disponibilizado durante o mês de setembro do ano corrente, após entrega da cópia do documento justificativo da despesa realizada, sendo que os encargos resultantes da presente deliberação serão satisfeitos nas correspondentes classificações orgânica e económica, com compromisso de fundo disponível n.º 3599/2017, conforme Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho).” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **ACÇÃO SOCIAL** =====

===== **CONTRATO-PROGRAMA A CELEBRAR COM O PATRONATO DE SANTO ANTÓNIO, IPSS (I/54889/2017):** Retirado para melhor análise. =====

===== **RESCISÃO DE CONTRATO DE ARRENDAMENTO – RATIFICAÇÃO (I/54370/2017):** Pela Vereadora Dra. Gracinda Leal, foi apresentada a seguinte proposta: “Tendo por referência a informação em anexo, do Gabinete de Projetos Sócio-Habitacionais da Divisão Municipal de Ação Social, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, referente à resolução contratual de um lugar de garagem, propõe-se o seguinte: - a ratificação dos atos praticados relativamente à rescisão do contrato de arrendamento, de acordo com o documento referido.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E ABASTECIMENTO PÚBLICO** =====

===== **RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL DA EMPRESA VIDRARIA FOCO, LDA., AO ABRIGO DO DL 165/2014 DE 05/11 (I/52721/2017):** Pelo Vereador Dr. Ricardo Tavares, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: - se encontra em vigor um regime excecional de regularização das atividades económicas, instituído pelo DL 165/2014, de 05/11, - a instrução do pedido a apresentar na entidade coordenadora do licenciamento industrial, inclui uma certidão de reconhecimento de interesse público municipal na regularização da atividade económica da empresa em questão, - compete à assembleia municipal deliberar sobre o pedido formulado e emitir a respetiva certidão; considerando ainda o parecer técnico emitido, anexo à presente proposta, e que fundamentam o reconhecimento solicitado, proponho: - que seja aprovado pelo

executivo municipal, remeter à assembleia municipal, o pedido de reconhecimento de interesse público municipal na regularização da atividade económica industrial da empresa Vidraria Foco, Lda., nos termos identificados na alínea a) do n.º 4, do art.º 5.º do DL 165/2014, de 05/11 e para os fins aí previstos.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL DA EXPLORAÇÃO AGROPECUÁRIA DE AUGUSTO PEREIRA DE ALMEIDA, PARA EFEITOS DE INSTRUÇÃO DO PEDIDO DE REGULARIZAÇÃO AO ABRIGO DO DL 165/2014 DE 05/11 (I/52727/2017): *Pelo Vereador Dr. Ricardo Tavares, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: - se encontra em vigor um regime excecional de regularização das atividades económicas, instituído pelo DL 165/2014, de 05/11, - a instrução do pedido a apresentar na entidade coordenadora do licenciamento da atividade de pecuária, inclui uma certidão de reconhecimento de interesse público municipal na regularização da atividade económica da empresa em questão, - compete à assembleia municipal deliberar sobre o pedido formulado e emitir a respetiva certidão; considerando ainda o parecer técnico emitido, anexo à presente proposta, e que fundamentam o reconhecimento solicitado, proponho: - que seja aprovado pelo executivo municipal, remeter à assembleia municipal, o pedido de reconhecimento de interesse público municipal na regularização da atividade económica de pecuária do requerente Augusto Pereira Almeida, nos termos identificados na alínea a) do n.º 4, do art.º 5.º do DL 165/2014, de 05/11 e para os fins aí previstos.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====*

===== NOITE BRANCA 2017 – ALARGAMENTO DE HORÁRIO DO COMÉRCIO TRADICIONAL (I/54201/2017): *Pelo Senhor Presidente Dr. Isidro Figueiredo, foi apresentada a seguinte proposta: “No âmbito da programação do evento Noite Branca 2017, a realizar no dia 16 de Setembro, englobado na programação da Semana Europeia da Mobilidade que decorrerá no período de 16 a 22 de setembro de 2017, tendo presente que: 1. A importância social e cultural do evento Noite Branca, que se vai realizar na cidade de Oliveira de Azeméis a 16 de setembro, que interessa fomentar e valorizar, encontrando o seu referencial no estímulo e dinamização de iniciativas que envolvam o movimento associativo e toda a população no seu festejo; 2. Que a realização de projetos de carácter cultural, recreativo ou de lazer para além de cultivarem o espírito de grupo, a inserção na sociedade e ocupação de tempos livres, traduzem-se em benefícios para as populações (incluindo camadas mais jovens), e para o desenvolvimento da economia local, designadamente, o comércio tradicional do centro urbano da cidade de Oliveira de Azeméis; 3. Que importa assegurar a criação de condições mais estáveis e adequadas ao desenvolvimento de atividades culturais e, conseqüentemente, de valorização e estímulo de iniciativas e projetos a cargo de entidades que já demonstraram capacidade de execução na prossecução desses objetivos; 4. Que se vai realizar a 6ª edição da Noite Branca,*

que tem vindo ao longo dos anos a envolver cada mais associações do município e registado um aumento significativo de pessoas que visitam Oliveira de Azeméis durante este evento; 5. A estreita parceria com a Federação das Associações do Município de Oliveira de Azeméis, entidade que congrega o movimento associativo do Município em diversos eventos culturais; Proponho que seja aprovado o alargamento de horário específico ao evento, aplicável aos comércios tradicionais do centro urbano de Oliveira de Azeméis, de acordo com os pareceres favoráveis da GNR e da União de Freguesias de Oliveira de Azeméis, Santiago de Riba-Ul, Ul, Macinhata da Seixa e Madail, para a seguinte proposta: Dia 16 de setembro – das 09h às 06h do dia 17 de setembro.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES** =====

===== **ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS DEVIDAS PELA UTILIZAÇÃO DOS TRANSPORTES MUNICIPAIS – APROVAÇÃO (I/53292/2017):** Pelo Vereador Dr. Ricardo Tavares, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - A deliberação da Assembleia Municipal, na sua Sessão Ordinária de 28 de Abril de 2017; - Que os transportes constantes da listagem anexa integram os fundamentos que determinam as isenções atribuídas na sua deliberação e estão dentro do número limite de transportes a conceder; - Nos termos do art.º 11º do Regulamento Municipal de Cedência de Viaturas Municipais podem ser isentos de pagamento de taxas de utilização os pedidos de cedência e/ou utilização para apoio a eventos de importância promocional, de representação e de divulgação do município; - De acordo com a deliberação supra identificada os transportes das entidades constantes na listagem, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, configuram interesse público Municipal para efeitos de isenção; - O pedido de isenção das coletividades relativamente aos transportes realizados/a realizar; Propõe-se que: - Seja reconhecido o interesse público Municipal das atividades realizadas pelas entidades desportivas e recreativas constantes da listagem, nomeadamente pelo papel que desempenham na promoção, representação e divulgação do município; - A Câmara Municipal reconheça a isenção das taxas devidas.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **PROPOSTA DE SINALIZAÇÃO VERTICAL PARA A ZONA INDUSTRIAL DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS/ S. TIAGO DE RIBA-UL (I/52038/2017):** Pelo Vereador Dr. \75/2013, de 12 de Setembro, compete à Câmara Municipal, no âmbito do planeamento e desenvolvimento, “criar, construir e gerir (...) equipamentos, serviços, redes de circulação (...)” (art.º 33.º, n.º 1, alínea ee); - Que, bem assim, também lhe compete “Deliberar sobre o estacionamento de veículos nas vias públicas e demais lugares públicos “, (art.º 33.º, n.º1, alínea rr); - O pedido registado no E/16593/2017 da Empresa Simoldes Plásticos, S. A. no

âmbito do licenciamento do seu estabelecimento industrial, (PI/2699/2016), para a colocação de sinalização vertical de modo a permitir a entrada e saída de veículos pesados do referido estabelecimento. Proponho: a. Que sejam aprovados 2 Sinais de Paragem e Estacionamento Proibido (C16) na Rua Silva Pinto, no sentido Norte – Sul, um colocado junto do entroncamento com a Rua Manuel da Costa Correia Júnior e outro no entroncamento com a Rua da Comenda de Cristo. Na implementação da sinalização deve ser respeitado o Decreto Regulamentar n.º 22-A/98 de 1 de Outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 41/2002 de 20 de Agosto e pelo Decreto Regulamentar n.º 2/2011 de 3 de Março.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada, com a seguinte alteração: “Proponho: a. Que sejam aprovados 2 Sinais de Estacionamento Proibido (C15) na Rua Silva Pinto, no sentido Norte – Sul, um colocado junto do entroncamento com a Rua Manuel da Costa Correia Júnior e outro no entroncamento com a Rua da Comenda de Cristo.”

===== **MOTO CLUBE "OS ÚLTIMOS" – XVI CONCENTRAÇÃO MOTARD – PARQUE DE LA-SALETTE – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DE CORTE/CONDICIONAMENTO DE TRÂNSITO, COM ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE TAXAS – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO (I/54688/2017):** Pelo Vereador Dr. Ricardo Tavares, foi apresentada a seguinte proposta: “À reunião da Câmara para ratificação do meu despacho de 24-08-2017 que se transcreve: "Defere-se o pedido de autorização de corte/ condicionamento de trânsito, com isenção de pagamento de taxas. Elabore-se proposta para reunião de Câmara para ratificação deste meu despacho."” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **CONSELHO DA FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL E DO BENEFÍCIO PAROQUIAL DE UL – FESTA EM HONRA DE SANTA MARIA MAIOR DE UL – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DE CONDICIONAMENTO DE TRÂNSITO, COM ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE TAXAS – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO (I/51659/2017):** Pelo Vereador Dr. Ricardo Tavares, foi apresentada a seguinte proposta: “À reunião da Câmara para ratificação do meu despacho de 01-08-2017 que se transcreve: "Defere-se o pedido de autorização de condicionamento de trânsito, com isenção de pagamento de taxas. Elabore-se proposta para reunião de Câmara para ratificação deste meu despacho."” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **COMISSÃO DE FESTAS EM HONRA DO MÁRTIR S. SEBASTIÃO – FESTA EM HONRA DO MÁRTIR S. SEBASTIÃO – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DE CONDICIONAMENTO DE TRÂNSITO, COM ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE TAXAS – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO (I/51788/2017):** Pelo Vereador Dr. Ricardo Tavares, foi

apresentada a seguinte proposta: “À reunião da Câmara para ratificação do meu despacho de 02-08-2017 que se transcreve: "Defere-se o pedido de autorização de condicionamento de trânsito, com isenção de pagamento de taxas. Elabore-se proposta para reunião de Câmara para ratificação deste meu despacho."” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **ASSOCIAÇÃO DAS AMIGUINHAS DO ARTESANATO – FESTA DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E SANTA EULÁLIA – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DE CONDICIONAMENTO DE TRÂNSITO, COM ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE TAXAS – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO (1/51797/2017):** Pelo Vereador Dr. Ricardo Tavares, foi apresentada a seguinte proposta: “À reunião da Câmara para ratificação do meu despacho de 02-08-2017 que se transcreve: "Defere-se o pedido de autorização de condicionamento de trânsito, com isenção de pagamento de taxas. Elabore-se proposta para reunião de Câmara para ratificação deste meu despacho."” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **ASSOCIAÇÃO RECREATIVA E CULTURAL DE VILAR – FESTA EM HONRA DE S. LOURENÇO – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DE CONDICIONAMENTO DE TRÂNSITO, COM ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE TAXAS – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO (1/52055/2017):** Pelo Vereador Dr. Ricardo Tavares, foi apresentada a seguinte proposta: “À reunião da Câmara para ratificação do meu despacho de 03-08-2017 que se transcreve: "Defere-se o pedido de autorização de condicionamento de trânsito, com isenção de pagamento de taxas. Elabore-se proposta para reunião de Câmara para ratificação deste meu despacho."” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **ASSOCIAÇÃO DA COMISSÃO DE FESTAS DE S. LUÍS REI DE FRANÇA – FESTA EM HONRA DE S. LUÍS REI DE FRANÇA – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DE CONDICIONAMENTO DE TRÂNSITO, COM ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE TAXAS – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO (1/54452/2017):** Pelo Vereador Dr. Ricardo Tavares, foi apresentada a seguinte proposta: “À reunião da Câmara para ratificação do meu despacho de 23-08-2017 que se transcreve: "Defere-se o pedido de autorização de condicionamento de trânsito, com isenção de pagamento de taxas. Elabore-se proposta para reunião de Câmara para ratificação deste meu despacho."” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

= **NÚCLEO DE COMPETÊNCIAS DE AMBIENTE E CONSERVAÇÃO DA NATUREZA** =

===== PROPOSTA DE ISENÇÃO / RATIFICAÇÃO DE PAGAMENTO DE TAXAS DE EMISSÃO DE ALVARÁS DE LICENÇAS ESPECIAIS DE RUÍDO E DE EMISSÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA LANÇAMENTO DE FOGO-DE-ARTIFÍCIO E OUTROS ARTEFACTOS PIROTÉCNICOS (I/51502/2017):

Pelo Senhor Presidente Dr. Isidro Figueiredo, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: As Associações Culturais e Juntas de Freguesia vão promover as festividades em baixo indicadas, tendo sido solicitada a isenção do pagamento da taxa de alvará de licença especial de ruído de fogo-de-artifício e outros artefactos pirotécnicos; As referidas entidades enquadram-se no escopo, regime e critérios de isenção total, previstos e fixados pela Assembleia Municipal no âmbito da aprovação do Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais do Município de Oliveira de Azeméis, nos termos e abrigo das alíneas a) e b), do n.º 3, do artigo 6.º, do referido regulamento; - Os valores das taxas a isentar para a emissão dos alvarás solicitados são os em baixo indicados; - Ao isentar-se as referidas taxas o Município de Oliveira de Azeméis estará a apoiar, promover e a incentivar a prática de festividades tradicionais, justificando-se assim o interesse público municipal e até como forma de incentivo ao desenvolvimento de atividades culturais, desportivas, religiosas, entre outras nos termos e para os efeitos do art.º 23.º n.º 2 alíneas e) e m) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações; - Nos termos do n.º 9º, do Art.º 16,º da Lei n.º 73/2013, na sua redação atual, o reconhecimento do direito à isenção é da competência da Câmara Municipal, no estrito cumprimento dos pressupostos fixados na deliberação da Assembleia Municipal, no caso via critérios estabelecidos no regulamento citado:

Tabela n.º 1 – Aprovação de isenção do pagamento de taxas:

Datas	Horários	Festividade	Entidade	Taxa	Processo
<i>De 01 a 04 de setembro</i>	<i>Das 07h às 24h</i>	<i>Festas em honra de Nossa Senhora do Bom Despacho</i>	<i>Fábrica da Igreja Paroquial de Palmaz</i>	<i>27,79€ (FA)</i>	<i>PI/4241/2017 FA</i>
				<i>77,83€ (LER)</i>	<i>PI/4240/2017 LER</i>

Tabela n.º 2 – Ratificação de isenção do pagamento de taxas:

Datas	Horários	Festividade	Entidade	Taxa	Processo
<i>4; 5; 6 e 7 de agosto de 2017</i>	<i>Das 07h00 às 04h00 dos dias 04, 05, 06 e 07 de Agosto</i>	<i>Festa de S. Lourenço e Santa Maria em Pindelo</i>	<i>União de Freguesias de Nogueira do Cravo e Pindelo</i>	<i>27,79 €</i>	<i>4072/2017 (FA)</i>
<i>5, 6 e 7 de agosto de 2017</i>	<i>Das 07h00 às 24h00</i>	<i>Festas em honra de S. Lourenço, Alviães, Palmaz</i>	<i>Conselho Paroquial da Freguesia de Santa Marinha de Palmaz</i>	<i>27,79€</i>	<i>3416/2017 (FA)</i>

18, 19 e 20 de agosto	Das 07h à 01h	Festas do Mártir S. Sebastião, Ossela	Comissão de Festas do Mártir S. Sebastião	175,11€ (LER) 27,79 € (FA)	4217/2017 (LER) 4219/2017 (FA)
14 e 15 de agosto	Das 15h às 24h do dia 14/08; Das 11h às 24h do dia 15/08	Festa em honra de Nossa Senhora da Saúde, Fajões	Comissão de Festas Fajões	133,4€ (LER)	4227/2017 (LER)
18 a 21 de agosto	Das 09h00 às 00h00	Festas em Honra de N. ^a Sr. ^a do Livramento e St. ^a Eulália	Associação da Amiguinhas do Artesanato	27,79 € (FA)	3856/2017 (FA)
24, 25, 26, 27 e 28 de Agosto	Das 07h00 às 00h00	Festejos em Honra de S. Luís Rei de França	Associação da Comissão de Festas de S. Luís Rei de França	144,53 € (LER) 27,79 (FA)	4192/2017 (LER) 4193/2017 (FA)
25, 26 e 27 de Agosto	Das 07h00 às 01h00	Festa em Honra de Nossa Sr. ^a . Do Crasto	Comissão de Festas de Nossa Senhora do Crasto	150,075€ (LER)	4298/2017 (LER)

Assim: Nos termos das alíneas o) e u) do n.º 1, do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com posteriores alterações, compete à Câmara Municipal deliberar sobre as formas de apoio à realização de eventos com interesse para o município; Apoiar atividades de natureza social, cultural, educacional, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município e no uso das competências da Câmara Municipal, com base nos fundamentos e verificadas as condições mencionadas, reconheço o direito e proponho a isenção do pagamento das taxas apresentadas anteriormente na tabela n.º 1; Nos termos do n.º 3, do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com posteriores alterações e dadas as circunstâncias excecionais e por motivo de urgência não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, e no uso excepcional das competências que me são atribuídas, e com base nos fundamentos e verificadas as condições mencionadas, reconheço o direito e isento o pagamento das taxas para as festividades e eventos acima referidos, na tabela n.º 2, devendo este ato ser submetido a ratificação na próxima reunião de Câmara Municipal. Mais se efetue a devida publicação, nos termos e para os efeitos do n.º 9º, do art.º 79º, da Lei n.º 73/2013.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

=====**REUNIÃO PÚBLICA MENSAL – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**=====

=====
 ===== Aberto o período de intervenção ao público, o Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao munícipe Senhor José Bernardo da Silva, residente na Rua Taipa de Cima, freguesia de Macinhata da Seixa, que fez a seguinte intervenção: Não irei falar muito, porque julgo que a documentação que entrego esclarece bem os factos que se têm passado. Primeiro ponto: Para que servem os pedidos de informação prévia? O Senhor Vereador Ricardo Tavares disse que eu não entreguei nenhum projeto, por isso não poderia ser aprovado. Portanto, está aí o pedido do parecer feito e reiterado numa informação posterior. Por que é que eu sou obrigado a deitar um muro abaixo, que está construído há mais de 30 anos, e recuar para 7,25m na Rua da Devesa? E por que é que as obras que andam em construção na Rua do Alto Monte, eu não vejo que tenha sido feito isso e são muros construídos agora de raiz? Também na Quinta do Monte, em Macinhata da Seixa, anda lá uma construção a ser feita, que julgo que está dentro da Lei, tinha um muro tal e qual como o meu à margem da rua e está a ser construído a 5m. Gostaria que alguém me esclarecesse sobre isso. Ponto dois: É sobre umas vigas que foram arrancadas há três anos atrás, por denúncia do vizinho. Foram arrancadas e levadas, sendo entregues há um mês. E por que é que esse vizinho, que fez a denúncia, tem muros com 3m de altura, quando deveriam ter sido construídos com 2m? Aplicou grades com 65cm num muro divisório comigo, à margem da Rua da Devesa tem um muro construído que devia ter 1,20m, que era o que limitava na altura da construção, tem 2,70m. Por que é que a ele não lhe toca? Eu faço reclamação três vezes e porque é que a ele não lhe toca? De há três anos para cá, mantém-se lá tudo. Gostaria de ser informado sobre isso. Posteriormente o Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao munícipe Sr. José Luís Bastos, residente na Rua 25 de abril, deste concelho, que fez a seguinte intervenção: O nosso assunto relaciona-se com as taxas municipais, nós achamos que estamos a ser alvo de uma decisão injusta por parte do Município, injusta e discriminatória, porque está a haver um tratamento diferenciado para casos iguais. Estamos a tentar marcar uma reunião com o Senhor Presidente e com o Senhor Vereador, mas está a ser difícil. Estou a falar de uma construção na Rua 25 de abril. O que estamos aqui a reclamar está relacionado com as taxas municipais das quais achamos que devíamos estar isentos. Primeiro, estamos a tentar uma reunião com o Senhor Presidente e com o Senhor Vereador e pretendíamos marcar uma reunião com caráter de urgência, porque queremos uma resposta. Para nós este assunto é prioritário. A Câmara registou. =====

=====
 ===== **Aprovação por minuta:** Finalmente, foi deliberado, por unanimidade, aprovar a presente ata em minuta, nos termos do nº3 e para efeitos do disposto no nº4 do artigo 57º, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro. =====

=====
 ===== A presente ata foi distribuída por todos os presentes e por eles assinada, procedimento que dispensa a respetiva leitura conforme determina o nº4 do D.L. 45.362 de 21 de Novembro de 1963. =====

===== *E não havendo outros assuntos a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, eram 12h40m, da qual para constar se lavrou a presente ata que eu,*
, na qualidade de secretária a redigi. =====